



À trajetória do novo sindicalismo metalúrgico do ABCD paulista e do movimento sindical brasileiro, na década de 1980

Resumo

O presente texto aborda a trajetória ascendente do chamado novo sindicalismo do ABCD paulista e do movimento sindical brasileiro nos anos 1980. O quadro de crise terminal do modelo econômico desenvolvimentista e o processo de transição política para a democracia estimularam a efervescência do sindicalismo brasileiro naquela década. Enquanto nos países centrais do capitalismo, na Europa e nos EUA, ocorreu naquele decênio um processo de retração do movimento sindical, no Brasil consolidou-se um fortalecimento da organização e da atuação sindical. Ou seja, no Brasil ocorreu naquele período histórico um expressivo aumento da ação política do sindicalismo; foram legalizadas e legitimadas as centrais sindicais; cresceu a densidade sindical; disseminaram-se os processos de negociação coletiva do trabalho, com a ampliação das cláusulas contratuais firmadas; e aumentou expressivamente a atividade grevista contra as políticas de arrocho salarial e contra as formas de gestão autoritária das relações de trabalho.

Palavras-chave: Ação grevista. Densidade sindical. Negociação coletiva do trabalho.

Abstract

The trajectory of the metalworkers new trade unionism of ABCD, São Paulo, and of the Brazilian unionism in the 1980s

This study focuses on the rising trajectory of the new trade unionism of ABCD, São Paulo, and of the Brazilian unionism in the country in the 1980s. The terminal crisis of the developmentist economic model and the political transition to democracy, in Brazil, stimulated the effervescence of the Brazilian trade unionism in the 1980s. Meanwhile in the core of central capitalist countries, in Europe and in the USA, was happening a withdrawing process with the trade unionism movement, at the same time, in Brazil, was occurring, in a different way, a strengthening of the organization and performance of this kind of movement. In the 1980s, it happened in Brazil an expressive growth of trade unionism political activities: a rising up of trade unionism density; a disseminating progress in collective bargaining procedures, involving the enlargement of the contractual clauses in the labor agreements; and an expressive growth of strike movements against wage squeeze policies and against authoritarian management practices in labor relations.

Key words: Union strike activities. Trade unionism density. Collective bargaining.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e professor no Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da UFC. E-mail: santosrech@terra.com.br

Introdução

O presente estudo é centrado na trajetória do sindicalismo metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema, São Paulo, e do conjunto do chamado novo sindicalismo, ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), nos anos 1980.

No que tange ao sindicalismo metalúrgico de São Bernardo do Campo e Diadema, são feitas no presente texto uma caracterização e uma análise do estilo de ação e das formas de intervenção estratégica desse movimento sindical cuja prática político-sindical tornou-se uma referência para o conjunto do chamado novo sindicalismo.

Desse modo, justifica-se a exposição dos principais eixos reivindicativos, das formas de luta e do perfil de prática sindical adotados na base daquela entidade sindical e no conjunto do sindicalismo da CUT em contraposição às estratégias do empresariado e do governo no plano das relações de trabalho e das políticas salariais, sociais e trabalhistas em geral.

A análise da dinâmica desse sindicalismo é feita estabelecendo-se uma relação desse movimento sindical com a complexa combinação dos fatores econômicos, sociais, políticos, institucionais e ideológicos que incidiram sobre as características e o desenvolvimento desse sindicalismo naquela década.

No decorrer dos anos 1980, a ação do chamado novo sindicalismo – que adquiriu expressão pública a partir das greves metalúrgicas de São Bernardo do Campo, Diadema e Santo André (SP) e de São Paulo (capital) em 1978–79 – propiciou o desencadeamento de uma trajetória ascendente (marcada por mobilizações reivindicativas e políticas de protesto e por greves) do sindicalismo brasileiro em geral, ou seja, no âmbito de diferentes categorias de trabalhadores.

Essa ascensão foi estimulada por um quadro de crise do modelo econômico nacional desenvolvimentista e pela transição para um regime político democrático no país. Dentro desse espectro, o perfil do novo sindicalismo foi marcado por práticas de caráter fortemente classista – de contestação, de antagonismo de classe e de confronto com estratégias governamentais e empresariais.

Fatores endógenos e exógenos que, à contra corrente do sindicalismo europeu e norte-americano, impulsionaram o sindicalismo brasileiro nos anos 1980

Entre os fatores externos ao movimento sindical que contribuíram para sua ascensão, merecem destaque:

a) a democratização – incluídos aí o processo constituinte (de 1985–88) e o avanço da luta pela ampliação dos direitos civis, sociais e políticos –, que estimulou o aprofundamento da organização social e política no país;

b) a manutenção, quase intocada, da estrutura do mercado de trabalho forjada no período nacional-desenvolvimentista (1950–1979) – a despeito da crise terminal daquele modelo econômico –, com forte presença da força de trabalho urbana industrial e de serviços;

c) a presença de um processo inflacionário crônico no país, corrosivo em relação ao poder aquisitivo dos salários, pressionando o sindicalismo a desencadear uma luta permanente contra as perdas salariais;

d) a atuação decisiva do Estado sobre a política salarial, via políticas de indexação dos salários e via implementação de sucessivos pacotes econômicos e salariais de arrocho, que estimulou a unificação da luta sindical contra o governo e contra o empresariado;

e) a permanência ainda predominante do paradigma industrial taylorista-fordista nas principais regiões industriais do Brasil sustentando uma notável aglomeração operária nas grandes fábricas dessas regiões urbanas de forte concentração industrial do Sudeste e Sul do país e propiciando a luta operária contra as práticas fabris autoritárias;

f) a situação de dependência da economia brasileira de financiamentos externos e o quadro de extrema desigualdade social e de forte concentração da renda no país.

Entre os fatores internos ao movimento sindical que contribuíram para a pujança do sindicalismo, cabe destacar os seguintes:

a) a ampliação da organização sindical, com o surgimento e o reconhecimento público de centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e o surgimento de diversas

novas entidades sindicais urbanas (principalmente de funcionários públicos) e rurais;

b) o crescimento dos índices de sindicalização nas entidades sindicais mais combativas e a elevação da participação dos trabalhadores de base em ações grevistas, no bojo dos sindicatos melhor organizados e mais representativos no país;

c) a conquista pelos ativistas sindicais identificados com as propostas do novo sindicalismo e da CUT, via eleições sindicais, da direção de um crescente número de entidades sindicais;

d) a ampliação expressiva das pautas de reivindicação e das cláusulas contratuais firmadas nos processos de negociação coletiva de trabalho, o que estimulou ainda mais a participação sindical de base;

e) a crescente politização do movimento sindical, no quadro de várias frentes de atuação sindical e política – em um espectro econômico e político de crise e de transição;

f) a expressiva participação dos trabalhadores de base na luta econômica salarial e fabril e na luta pela democratização da sociedade e do Estado brasileiro;

g) o reconhecimento público, principalmente de parte da classe operária e da classe média, da importância da luta social e política do sindicalismo combativo, em um contexto de corrosão salarial e de mobilização por direitos sociais e políticos, realidade essa que também serviu como uma fonte de prestígio político aos líderes sindicais emergentes, legitimando sua atuação político-sindical e sua inserção ativa no cerne dos partidos políticos emergentes com um perfil mais à esquerda, como, por exemplo, o PT;

h) e, finalmente, a identificação do movimento do novo sindicalismo com um discurso e uma simbologia classista, democrático-radical e socialista, com influência de correntes políticas e teóricas de alinhamento marxista, neomarxista e reformista radical.

De outro lado, cabe enfatizar que o afloramento do sindicalismo no Brasil ocorreu no contrafluxo da crise e enfraquecimento do sindicalismo europeu e norte-americano, que resultou em expressivas perdas na densidade sindical, na força política (na esfera pública e no quadro da negociação coletiva de trabalho) e na própria legitimidade e capacidade de representação social e política das organizações sindicais naqueles países centrais do capitalismo.

A desarticulação das políticas macroeconômicas, dos compromissos e dos pactos econômico-sociais e do arcabouço jurídico-ins-

titucional keynesiano-fordista ocorreu de modo simultâneo à gradual intensificação da globalização econômica comercial e financeira e à afirmação do regime de acumulação e do paradigma industrial flexível nos mais importantes países europeus e nos EUA.

Ademais, as mudanças econômicas, políticas e institucionais que envolveram a parcial desarticulação do Estado de bem-estar social naqueles países resultaram na flexibilização e na precariedade do mercado de trabalho; no aumento das taxas de desemprego industrial; na descentralização e na flexibilização dos contratos coletivos de trabalho; no estreitamento dos espaços de participação dos sindicatos na esfera pública; na forte diminuição do número de greves e de grevistas; na queda das taxas de filiação sindical e na fragmentação da ação sindical; na diminuição do percentual de trabalhadores cobertos por contratos coletivos de trabalho; e, enfim, na perda do prestígio e do grau de legitimidade do sindicalismo.

Em contraposição, no Brasil, ainda não havia ocorrido, nos anos 1980, a instauração predominante de um paradigma industrial flexível, baseado em um processo sistêmico e ampliado de racionalização produtiva, em moldes pós-fordistas ou toyotistas.

Aliás, não houve um modo de regulação social, político e jurídico-institucional keynesiano-fordista a ser desarticulado no Brasil, visto que tal modelo jamais existiu no país. Ao contrário, o processo de democratização em andamento propiciou a ampliação das lutas sindicais e políticas por melhorias salariais, por melhor distribuição de renda, pela desarticulação dos mecanismos autoritários presentes no Estado e na sociedade civil e pela constitucionalização de diversos direitos sociais, trabalhistas e políticos de cidadania, em plena fase de “canto do cisne” do modelo nacional-desenvolvimentista.

Características e estratégias do novo sindicalismo brasileiro

O novo sindicalismo caracterizou-se por ações de oposição frontal e sistemática às políticas salariais e trabalhistas governamentais e empresariais, legitimadas pela intensa participação dos trabalhadores em greves.

Ao contrário das tendências de retração dos movimentos grevistas e da perda da legitimidade do sindicalismo nos países centrais do capitalismo, o Brasil, a partir da emergência do

chamado novo sindicalismo, comportou uma renovação das práticas sindicais.

Assim, a ação do novo sindicalismo protagonizou o aumento dos índices de sindicalização, a elevação do grau de representatividade e de legitimidade política dos sindicatos urbanos mais ativos (e fortes) e desencadeou diversas greves gerais contra os pacotes econômicos do governo e contra a falta de liberdade sindical e política.

No plano de categorias profissionais específicas, foram travadas lutas permanentes contra a corrosão salarial (instaurada por um processo inflacionário crônico presente no país², aumentou notavelmente o número de cláusulas nos acordos e nas convenções coletivas (no período das datas-base de barganha coletiva de trabalho) e cresceu expressivamente o número de entidades representativas dos trabalhadores no país. Entre 1978 e 1988, houve um aumento de 42,6% no número de sindicatos e associações profissionais³.

No contexto das relações de trabalho, os dados oficiais (publicados em alguns estudos) mostram que “[...] em 1978, menos de 20% dos sindicatos participava de práticas de negociação coletiva do trabalho” (CÓRDOVA apud POCHMANN, 1996, p. 271). Entretanto, em 1989, já metade das entidades sindicais participava de alguma forma de negociação coletiva – com destaque para as organizações sindicais de trabalhadores urbanos, das quais 82,5% estavam envolvidos em procedimentos negociais para a definição de condições salariais e de trabalho naquele ano⁴.

O movimento sindical identificado com a CUT também obteve relativo êxito em suas pressões sobre o sistema político nacional, na luta por reformas sociais e democráticas e pela reforma constitucional no país (incluída aí a reforma sindical).

O processo nacional constituinte, que resultou na instauração da nova Constituição brasileira em 1988, propiciou ao novo sindicalismo, sob a égide da CUT, apresentar propostas pontuais de reforma e influenciar decisivamente – mediante

pressão política – na dinâmica de elaboração e no conteúdo da nova carta constitucional.

Assim, o novo sindicalismo contribuiu para a inserção de velhos e novos direitos sindicais, trabalhistas e sociais no cerne do arcabouço jurídico-constitucional brasileiro, outorgado em 1988. Desse modo, por exemplo, foram constitucionalizados o direito de greve, a aposentadoria por tempo de serviço e sem idade mínima, a jornada semanal de trabalho de 44 horas, o direito de delegado sindical nas empresas com mais de 200 empregados e a extensão da legislação trabalhista às empregadas domésticas (BOITO Jr., 1999, p. 137).

Entretanto, quanto à estrutura sindical, a CUT não ousou lutar pelo fim integral do modelo corporativista sindical vertical e fragmentado de Estado, preferindo escolher uma atuação estratégica voltada à busca de reformas pontuais e à conquista de direções de sindicatos, via disputa de eleições sindicais. Mas o novo sindicalismo lutou pela substituição dos mecanismos autoritários de gestão dos sindicatos inerentes à estrutura sindical oficial. Ou seja, lutou contra os dispositivos de intervenção arbitrária do Estado e da Justiça do Trabalho nos processos de negociação coletiva de trabalho e contra a ingerência autoritária do Ministério do Trabalho na dinâmica administrativa e política dos sindicatos (BOITO Jr., 1991).

Com modelo de organização sindical, o chamado novo sindicalismo logrou êxito na concretização de suas reivindicações a favor de reformas na estrutura sindical corporativista estatal. Porém, isso ocorreu sem que alguns dos pilares básicos da estrutura oficial tradicional fossem desarticulados, uma vez que foi preservada a unicidade sindical (controlada pelo Estado, via distribuição de cartas de autorização para a criação de novos sindicatos); foi mantida a divisão da organização sindical por categorias profissionais e fragmentada por municípios; e continuaram sendo descontadas as taxas de contribuição sindical compulsória dos trabalhadores (BOITO Jr., 1991).

² No decorrer da década de 1980, o processo inflacionário que acompanhou de forma quase intermitente a economia brasileira deteriorou drasticamente o poder de compra dos salários no país. E a luta do sindicalismo, embora não conseguisse reverter as perdas, conseguiu ao menos diminuí-las.

³ Cf. Indicadores Sociais do IBGE, 1989/90.

⁴ Contudo, a maior parte dos processos de negociação coletiva do trabalho nos anos 1980, a despeito das reformas na legislação do trabalho, ainda continuava esbarrando na fragmentação sindical, na segmentação da barganha coletiva imposta pela prática institucional das datas-base anuais de negociação coletiva do trabalho e especialmente na chamada cultura dos acordos em dissídio, que mantinha o sindicalismo dependente da intermediação da Justiça do Trabalho para o alcance da definição de acordos coletivos de trabalho. A esse respeito ver Oliveira (1994), especialmente p. 501.

De outro lado, as estratégias de industrialização adotadas cristalizaram mecanismos autoritários de “rotinização taylorista” no processo de trabalho industrial. Quanto à política salarial e de negociação coletiva do trabalho predominante, esta se caracterizou pelo pagamento de baixos salários e pelo recurso ao poder normativo e intervencionista da Justiça do Trabalho de parte dos empresários, visando a uma imposição unilateral de seus interesses na contratação coletiva do trabalho, estimulando, desse modo, movimentos de resistência fabril já no decorrer dos anos 1970.

No mercado de trabalho, observa-se que, no próprio auge do modelo desenvolvimentista, setores, segmentos e empresas industriais atrasadas – que fizeram uso, de forma extensiva, de uma força de trabalho rotativa, com baixa qualificação e baixos salários – conviveram ao lado de segmentos e empresas mais modernas (em que os patamares de remuneração da força de trabalho se mostraram relativamente mais elevados), a despeito de que mesmo os trabalhadores empregados nas indústrias mais competitivas jamais contassem com instituições e regras de negociação coletiva do trabalho fordistas (FIORI, 1995, p. 170 e ss).

A crise do nacional-desenvolvimentismo contribuiu, já na segunda metade dos anos 1970 e principalmente nos anos 1980, para a queda do poder aquisitivo dos salários, inclusive nas empresas dos setores dinâmicos da economia, fato esse que estimulou reações generalizadas nas fábricas contra as tendências de aguda exploração da força de trabalho.

Ademais, o aprofundamento da crise e a fratura política, decorrente da ruptura do pacto de elites que sustentou os regimes governamentais autoritários nos anos 1960 e 1970, abriram espaços para o surgimento de movimentos de protesto e de oposição, inclusive de parte das classes e dos segmentos sociais subordinados na sociedade, em especial do movimento operário-sindical.

O processo de transição política para a democracia estimulou diversas ações coletivas. Na fase inicial de emergência do novo sindicalismo, entre 1978 e 1984, os sindicatos recuperaram sua função de defender os salários e outras reivindicações relativas às condições e relações de trabalho nas empresas. Nesse período, entre os trabalhadores, também a “[...] estratégia grevista ‘afirmou-se’ como uma das formas de reconquista da cidadania política” (NORONHA; GEBRIN; ELIAS Jr.; 1998, p. 12).

A partir de 1985, com a liberalização da lei de greve, os conflitos perderam em intensidade na relação entre Estado e sindicatos e aumentaram na relação entre sindicatos de empregados, de um lado, e empresas e sindicatos patronais, de outro. Ou seja, enquanto antes de 1985 os sindicatos obtiveram espaços de afirmação política por sua capacidade de pressão maior sobre o Estado, a partir daquele ano as lideranças sindicais afirmaram-se como interlocutores válidos na esfera política, ao mesmo tempo que se abriu “[...] o caminho para a disseminação da negociação e para a redução do poder discricionário dos empregadores”⁵.

Ainda no se refere ao mercado de trabalho, entre 1966 e 1979, ocorreu um notável crescimento do emprego na indústria de transformação no país, favorecendo a concentração operária em regiões de aglomeração de unidades industriais modernas e dinâmicas como, por exemplo, do setor automobilístico. Foi nesse tipo de indústria que cresceu a força de trabalho industrial urbana do estado de São Paulo e de outros estados do Sudeste e do Sul brasileiro. Esse setor se transformou no principal sustentáculo do movimento do novo sindicalismo.

Entretanto, no começo da década de 1980, eclodiu uma forte onda recessiva na economia brasileira – estimulada pelo exorbitante aumento dos juros cobrados sobre empréstimos internacionais, pela crise da dívida externa e, enfim, pela falta de financiamento da economia brasileira – que resultou em altos índices de desemprego no país. A propósito, nesse período, o emprego na indústria de transformação paulista caiu cerca de 26% entre dezembro de 1980 e dezembro de 1983⁶.

A intensa crise econômica teve repercussões na esfera político-institucional e o governo de João Baptista Figueiredo passou a adotar medidas repressivas em relação ao movimento sindical, que assim foi mais uma vez contido pelo uso do monopólio da força do Estado. Seus líderes foram perseguidos, cassados e aprisionados e ocorreram intervenções do Ministério do Trabalho nos sindicatos mais fortes e ativos.

Contudo, mesmo nesses tempos duros (de desemprego e de repressão política), o movimento sindical manteve acesa, embora com dificuldades, a luta por melhores salários, pela ampliação dos direitos de cidadania e por liberdades democráticas. Também durante esse período conturbado foi fundada a CUT, em 1983.

A partir de 1984–85, no quadro de um expressivo processo de recuperação da economia

industrial brasileira, ocorreu um reflorescimento do movimento sindical grevista, com destaque, em 1985, para a estratégia de luta chamada de "operação vaca brava", ocorrida em empresas do setor metalomecânico e automobilístico na região de São Bernardo do Campo, Diadema e Santo André e em diversas outras cidades paulistas. Essa "operação" representou uma nova tática de interrupção do trabalho de toda uma cadeia produtiva, via greves alternadas por segmentos de empresas e por setores específicos da produção nas empresas (BRESCIANI, 1997).

Em 1986, durante a vigência do Plano Cruzado – no quadro do congelamento de preços e salários –, houve uma significativa redução dos movimentos grevistas.

A partir de 1987, com o fracasso das tentativas de estabilização da economia e de costura de um pacto social entre governo e sociedade, agravou-se o conflito distributivo na área privada e no setor público da economia, em decorrência da reintensificação da inflação e da nova crise financeira que se abateu sobre o país.

No intervalo entre 1986 e 1988, a ação da CUT e dos mais importantes sindicatos a ela filiados reacendeu os movimentos grevistas, visando recuperar ou no mínimo diminuir as perdas salariais em um quadro de forte deterioração salarial. Além disso, esta central sindical engajou-se com intensidade no processo constituinte brasileiro.

No primeiro semestre de 1989, os conflitos trabalhistas, nos setores público e privado, chegaram ao seu auge, em decorrência da

[...] ausência de regras para reajustes salariais, da proximidade das eleições presidenciais e da ameaça da hiperinflação. Desse modo, ocorreram, em 1989, quase 4 mil greves; 18 milhões de trabalhadores foram grevistas e perto de 250 milhões de jornadas de trabalho foram perdidas (NORONHA; GEBRIN; ELIAS Jr., 1998, p. 15).

Em 1990, o grau de dificuldade para a solução de conflitos trabalhistas intensificou-se ainda mais, a ponto de o número médio de grevistas ter crescido de 18 para 20 milhões de trabalhadores, tendo ocorrido principalmente greves por categorias (NORONHA; GEBRIN; ELIAS Jr., 1998).

Portanto, as práticas de confronto e de antagonismo de classes do novo sindicalismo

foram moldadas e lastreadas no quadro de um conjunto de condições – simultaneamente de ordem econômica, social, política e ideológica – favoráveis a seu desenvolvimento.

De outro lado, a despeito das expressivas mobilizações grevistas, da notável presença do movimento sindical no cenário político nacional e mesmo dos avanços organizativos obtidos, o sindicalismo brasileiro manteve diversas fragilidades até o final dos anos 1980.

Desse modo, por exemplo, os índices de filiação sindical permaneceram baixos; o nível de organização sindical nos locais de trabalho, no quadro geral do país, permaneceu pouco expressivo; em termos institucionais, o movimento sindical acomodou-se à fragmentada estrutura sindical corporativista oficial; as centrais sindicais (inclusive a CUT), em nenhum momento, exerceram influência direta nas relações industriais; o sistema de negociação coletiva do trabalho permaneceu bastante fragmentado; e os sindicatos, de modo geral, apesar dos notáveis avanços observados, continuaram tendo pouca influência na regulação dos processos de trabalho.

Porém, os conflitos resultantes da perversa combinação entre desenvolvimento econômico acelerado, exclusão social e autoritarismo político foram ganhando expressão em diversos segmentos do mundo sindical desde 1978–80, de modo que a plataforma e os temas do novo sindicalismo, originado no setor metalúrgico do ABCD paulista, obtiveram um fértil campo de disseminação no decorrer da década de 1980, estendendo-se para diferentes setores e categorias do movimento sindical brasileiro. Assim,

[...] os sindicatos de trabalhadores na grande siderurgia, na indústria petrolífera, na petroquímica, na metalomecânica e também no setor de energia elétrica – além de bancários, médicos, professores – transformaram o novo sindicalismo em uma tendência que deu o eixo e o tom ao movimento sindical (BRESCIANI, 1997, p. 203).

O novo sindicalismo, liderado pelos metalúrgicos do ABCD paulista, também representou a passagem de uma postura de resistência não declarada nos locais de trabalho, caracterizada por operações tartaruga-padrão e atos de sabotagem nos anos 1970, para uma postura de resistência explícita, marcada por greves e mobilizações e amplas manifestações públicas de protesto nos anos 1980.

Em meio a práticas de resistência explícita, contudo, estruturaram-se tentativas de influência negociada nos locais de trabalho – que, porém, foram frustradas devido a negociações abortadas e reivindicações não atendidas, em decorrência da predisposição autoritária dos empresários e dos governos.

No plano interno das empresas esse processo evoluiu, no decorrer da segunda metade dos anos 1980, para práticas de influência tácita, traduzidas por um maior acesso dos trabalhadores a informações sobre planos e projetos de reestruturação interna das empresas, resultando em acordos informais entre aqueles e as gerências empresariais. Ou seja, essa tendência indica que já estava se afirmando uma certa capacidade de controle informal dos trabalhadores no contexto das emergentes estratégias de reestruturação produtiva das empresas (BRESCIANI, 1997, p. 203 e ss.).

Contudo, fazendo-se uma avaliação geral da luta operário-sindical na década de 1980 no Brasil, pode-se dizer que ela foi marcada pelo predomínio das práticas de resistência explícita sobre as emergentes estratégias empresariais de reestruturação produtiva e as políticas salariais do governo e das empresas. Ademais, a CUT procurou mobilizar os trabalhadores para lutar por reformas amplas no cerne do Estado e para se ocupar de outras questões trabalhistas, além das salariais, que afetavam a totalidade dos assalariados.

O paradigma industrial brasileiro de matriz predominantemente taylorista-fordista e os incipientes processos de reestruturação produtiva

No Brasil, já no decorrer da década de 1980, a matriz taylorista-fordista do paradigma industrial brasileiro, centrado prioritariamente em uma produção padronizada em grandes séries, passou a conviver de forma híbrida e restritiva com estratégias seletivas e pontuais de flexibilização produtiva – principalmente em algumas empresas metalomecânicas, de autopeças e de máquinas mais competitivas, localizadas na região Sudeste e Sul do Brasil, em grande parte voltadas à exportação –, envolvendo, mais visivelmente a partir de 1983, a introdução dos círculos de controle de qualidade (CCQs), o discurso da qualidade na produção, o controle

estatístico de processo (CEP) e a incorporação de técnicas como o *just-in-time/kanban* e o *kai-zen*. Do ponto de vista tecnológico, em alguns pontos nodais e estratégicos da produção, passaram também a ser introduzidos mecanismos microeletrônicos e máquinas com controladores lógico-programáveis (CLPs), o *computerized aided design/computerized aided manufacturing* (CAD/CAM) e, com mais intensidade entre 1984–87, as máquinas-ferramenta com comandos numéricos computadorizados (CNCs).

Além disso, entre 1986–88, em determinadas empresas metalúrgicas, de autopeças e de máquinas, foram introduzidas importantes mudanças no leiaute das fábricas e nas funções e tarefas dos trabalhadores, envolvendo uma maior integração dos postos de trabalho, via introdução de células de produção e do trabalho polivalente. Ocorreu também, de forma ainda restrita naquele período, um processo de maior envolvimento direto dos fornecedores (via *just-in-time* externo), visando eliminar estoques e diminuir a porosidade do trabalho.

Em síntese, no segmento industrial de autopeças do ABCD paulista e de outras regiões do país, as mudanças, na década de 1980, se deram bem mais mediante a implementação de inovações organizacionais do que pela incorporação de novas tecnologias. E o período mais intenso em termos de inovações foi o de 1984–87, quando os métodos e as técnicas flexíveis – tais como Controle Estatístico do Processo (CEP), JIT/kanban, células de produção, tecnologias de grupo, trabalho multifuncional, novos métodos de controle de qualidade como o TQC (*Total Quality Control*) e novos princípios de participação e envolvimento dos trabalhadores expressos no *kaizen* – foram disseminadas para um significativo número de empresas competitivas desse segmento industrial, mormente para aquelas que se destacaram por uma produção variada em pequenos lotes (ABRAMO, 1990; RUAS; ANTUNES; ROESE, 1993).

No setor das empresas montadoras de automóveis de São Bernardo do Campo e de São Paulo (capital), também veio a ocorrer, a partir de 1983, um processo ainda bem limitado de incorporação de equipamentos microeletrônicos. Entre 1986–88, as empresas montadoras mais importantes já adotavam – além do CAD/CAM, CEP, CLPs e CNCs – alguns robôs na área de pintura, sistemas de solda multiponto flexíveis e linhas de montagem de cadência flexível.

Entretanto, a escolha das empresas montadoras por estratégias de integração e sincro-

nização das operações das manufaturas, via implantação limitada e seletiva de equipamentos microeletrônicos, resultou no fato de que as tarefas produtivas se tornassem ainda mais ritmadas do que antes. Ou seja, o aprofundamento do controle e da uniformidade do ritmo de trabalho na linha automatizada, em vez de tornar o trabalho mais autônomo e mais desalienado, suprimiu a relativa autonomia que antes existia na linha convencional em termos da possibilidade de obtenção de pausas adicionais nas operações de trabalho. Portanto, o trabalho se intensificou mais ainda, no melhor estilo taylorista-fordista (CARVALHO; SCHMITZ, 1990).

Desse modo, no cômputo geral, os processos de reestruturação produtiva nos segmentos metalmecânico, de material de transporte e eletroeletrônico, no ABCD paulista e em outras regiões do Brasil, caracterizaram-se como sendo apenas discretos, inclusive naquelas empresas em que a racionalização produtiva foi mais intensa.

As múltiplas experiências de brutal exploração da força de trabalho e a manutenção prioritária do controle taylorista rotinizado e autoritário nas relações de trabalho, ao lado dos elevados índices inflacionários, das políticas perversas de concentração de renda, da falta de direitos sociais, das restritivas políticas previdenciárias e trabalhistas e da ausência de representação política dos trabalhadores, o conjunto desses fatores estimulou a luta operário-sindical, em um clima de efervescência político-social no cerne do processo de redemocratização do país entre 1978–1990.

Além disso, a manutenção quase intocada da estrutura de emprego industrial e de serviços urbanos, forjada no período nacional-desenvolvimentista (1950–1980) – a despeito da notável crise econômica e da inexistência de um projeto econômico alternativo para o país –, manteve inserido um grande contingente de trabalhadores no mercado de trabalho formal, representando uma base sólida para a densidade do movimento sindical brasileiro naquele período.

Conforme dados do MTE/Caged e Rais, o número de trabalhadores ocupados na indústria de transformação no Brasil subiu de 1.954.187 empregados em 1960 para 3.241.861 em 1970 e para 6.858.598 em 1980. E em 1989 continuavam inseridos 6.457.326 de trabalhadores industriais no mercado formal de trabalho no país, representando um decréscimo 5,85% da classe operária industrial tradicional, de 1980 a 1989. Ou seja, no decorrer da década de 1980, o número de postos de trabalho na indústria não

apenas estagnou, mas pôde-se observar uma leve trajetória declinante na oferta de empregos industriais, decorrente da relativa retração da economia brasileira. Mesmo assim, o estoque de empregos formais na indústria de transformação decresceu pouco em comparação com a década seguinte de 1990.

A título de conclusão

A permanência predominante do paradigma industrial taylorista-fordista no Brasil dos anos 1980, sustentado sobre uma base tecnológica ainda marcadamente eletromecânica, sobre uma estrutura industrial concentrada e em um modelo gerencial verticalizado, permitiu a manutenção de uma notável aglomeração operária nas grandes fábricas de regiões urbanas de forte concentração industrial do Sudeste e Sul do país, trazendo maior densidade social à luta operário-sindical contra o arrocho salarial e contra as práticas gerenciais tayloristas autoritárias.

Para a permanência daquele paradigma industrial, naquela década, também contribuiu a ação protecionista do Estado brasileiro, que ainda resistiu às políticas neoliberais de abertura comercial, de globalização financeira, de contenção dos gastos sociais e de privatização das empresas estatais.

Para finalizar o presente texto, cabe reenfatar que a ampliação da organização sindical – que ocorreu com o surgimento, crescimento e o reconhecimento público da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT); com a emergência de diversas novas entidades sindicais urbanas (principalmente de funcionários públicos) e rurais, identificadas com práticas sindicais combativas⁷; e com o aumento dos índices de sindicalização e a elevação da participação dos trabalhadores de base em atividades grevistas nos sindicatos mais importantes – foi outro fator que contribuiu para a intensificação da atividade sindical na década de 1980.

Da mesma forma, o crescimento expressivo das pautas de reivindicação e das cláusulas contratuais firmadas nas negociações coletivas de trabalho foi outro importante fator que trouxe ânimo para a participação sindical de base.

Por último, cabe ainda destacar a forte presença em meio ao movimento sindical de um pensamento e uma simbologia socialista e classista que representaram importante ferramenta teórica e político-ideológica para a atuação combativa do movimento operário-sindical.

Referências bibliográficas

ABRAMO, L. Novas tecnologias, difusão setorial, emprego e trabalho no Brasil: um balanço. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 30, 1990, p. 19-65.

BOITO Jr., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO Jr., A. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 43-91.

BRESCIANI, L. P. Os desejos e o limite: reestruturação industrial e ação sindical no complexo automotivo brasileiro. In: LEITE, M. de P. (Org.). *O trabalho em movimento – reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1997, p. 31-111.

CARVALHO, R. O.; SCHMITZ, H. O fordismo está vivo no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, n. 27, p. 148-162, jul. 1990.

FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.

HIRATA, H.; HUMPHREY, J. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, n. 11, v. 4, p. 71-84, 1989

NORONHA, E.; GEBRIN, V.; ELIAS Jr., J. *Explicações para um ciclo excepcional de greves: o caso brasileiro (versão preliminar)*, LASA 98 – Latin American Studies Association, XXI International Congress, Chicago, 1998, 45 p.

OLIVEIRA, M. A. de. Avanços e limites do sindicalismo. In: OLIVEIRA, C. A. et al. (Orgs.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994, p. 497-51

POCHMANN, M. Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente. In: OLIVEIRA, C. A. de.; MATTOSO, J. E. (Orgs.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?*. São Paulo: Scritta, 1996, p. 271

RUAS, R.; ANTUNES, J.; ROESE, M. Avanços e impasses do modelo japonês no Brasil: observações acerca de casos empíricos. In: HIRATA, H. (Org.). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp, 1993, p. 103-122.